

SEMINÁRIO DE PESQUISA 2- PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Coordenação: Wagner Tadeu Iglecias, Ricardo Neves Streich e Eliel Waldwogel

Desde de as independências das ex-colônias portuguesas e espanholas na América, pensadores das mais diversas partes do espectro político têm se debruçado sobre o que é a América Latina. As questões identitárias (além de suas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais) foram basilares nos processos de independência e consolidação dos novos estados nacionais. Elas também ganharam novo fôlego no começo do século XX, já que a eclosão da Primeira Grande Guerra, a Revolução Russa e a ascensão dos fascismos forneceram novos parâmetros para que intelectuais e políticos (re)pensassem e (re)criassem os sentidos do “ser latino-americano”. A Europa, antes vista como modelo, não fornecia mais respostas às inquietudes da intelectualidade latino-americana. Por sua vez, o mundo que emergiu após o fim da Segunda Guerra Mundial colocou a América Latina como um dos palcos mais importantes da chamada Guerra Fria. A Revolução Cubana e o advento das diversas ditaduras civis-militares no continente demonstram a diversidade e a tensão dos projetos político-sociais em pauta naquele período. Já no mundo construído após a queda do Muro de Berlim, vivenciamos uma fase de consolidação dos pressupostos neoliberais e seu posterior questionamento por governos com um discurso de inclinação popular em diversas partes do continente.

O breve histórico acima mencionado é o pano de fundo para as discussões acerca do pensamento político e social na América Latina. Entendemos que as tensões políticas também estão presentes nos projetos intelectuais que embasam a diversidade de posições políticas nos mais variados contextos históricos. Especialmente quando se analisa a diversidade de respostas aos temas clássicos do pensamento político-social latino-americano, tais como: “a questão nacional”, “dependência e desenvolvimento”, “desenvolvimento e industrialização”, “democracia”, dentre tantos outros. Nesse sentido, o presente seminário tem como proposta alavancar a discussão sobre as diversas temáticas que pontuaram a trajetória do pensamento político e social do continente. Por isso, nosso objetivo é analisar a diversidade de projetos intelectuais que permearam a história de nosso continente, em suas proposições, limitações e

tensões (tanto com a tradição europeia quanto com a nossa própria tradição). Por fim, serão aceitos trabalhos que busquem problematizar a intelectualidade (de todos os pontos do espectro político) e as linhas de pensamento político-social que contribuíram para o desenvolvimento de nossa história.

Subtemas

- A fundação das identidades nacionais na América Latina;
- A Esquerda e seus projetos políticos nacionais e continentais;
- Os nacionalismos conservadores;
- A perspectiva liberal

Sessão 1 – Identidades Nacionais na América Latina

Abreu e Lima: um brasileiro entre os Libertadores da América

Ricardo Abreu de Melo
Mestrado - PROLAM/USP
ricardoabreu@usp.br

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar de forma resumida a vida e a obra de José Inácio de Abreu e Lima, especialmente a sua contribuição para os processos de independência e de libertação da América Latina. A partir daí, discute-se os motivos do relativo esquecimento de seu papel histórico no Brasil, e as razões e a oportunidade do surgimento de recentes ações no sentido de redescobrir e reconhecer o legado de Abreu e Lima.

Palavras-chave: Abreu e Lima. Bolívar. Libertadores da América.

Considerações acerca da construção da nação e do povo: testemunhos da Argentina, Brasil e Chile

Luís Cláudio Rocha Henriques de Moura
Docente do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Formosa
lchmoura@bol.com.br

Resumo: As lutas de independência na América Ibérica consolidam por final da década de 20 do século XIX a formação de novos estados-nações, marcando também os avanços das ideias de modernidade, trazendo entre elas tensões entre continuidades e rupturas para as ex-

colônias de Espanha e Portugal. Além de pensar e estabelecer reformulações do antigos aparatos político aos estados que surgiam, intelectuais da época preocupavam-se em grande medida a respeito da ideia de “povo”, elemento central da constituição de países que se “forjavam”, comunidades que se “imaginavam” ou de “ficcões-diretriz” criadas, para seguir alguns termos de autores atuais como Roderick Barman, Benedict Anderson ou Nicolas Shumway que estudam ideias daquele período. Em meados do século XIX, a reflexão e propostas sobre o que era e o que deveria ser a população dos atuais estados nacionais da Argentina, do Brasil e do Chile podiam ser encontradas em diversos pensadores daquele momento. Em busca de compreender micros fragmentos sóciohistóricos destes países, abordamos ideias apresentadas em obras de pensadores decimonônicos acerca de seus anseios sobre aquelas nações. Para tanto, elegemos personagens envolvidos com o ambiente político e intelectual desses três países, sendo: Juan Bautista Alberdi (1810-1884) o Tucumano que trará a nosso estudo incipientes projetos nacionais para Argentina, o Pernambucano José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) para o Brasil e o Venezuelano radicado no Chile Andrés Bello (1781-1865). Assim, a partir de algumas das contribuições destes intelectuais americanos, pretendemos apresentar propostas sobre a constituição da população deste países, entre as décadas de 1830 a 1860.

Palavras-chave: Pensamento Social Latino-americano; Povo; estado nação.

Pelas liberdades, contra o Brasil: Juan Bautista Alberdi e o debate sobre o código civil
argentino

Júlio César de Oliveira Vellozo
mestre pelo IEB/USP e doutorando História Social/USP
professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Resumo: Nosso trabalho discute o posicionamento de Juan Bautista Alberdi (1810-1884) em relação ao código civil argentino, elaborado por Damácio Velez Sarsfield (1800-1875) e promulgado em 1869. Alberdi foi um opositor tenaz da proposta, dentre outros motivos pelo fato dela ter se inspirado abertamente na Consolidação das Leis Civis elaborada pelo brasileiro Teixeira de Freitas (1816-1883). O posicionamento refratário de Alberdi em relação ao Brasil seria uma das marcas de suas elaborações como intelectual. Sua visão era a de que o país vizinho tinha pretensões imperialistas na região. Para além disso, Alberdi via o Brasil como um império atrasado, principalmente em função da manutenção da escravidão e da monarquia.

Desse modo, a opção de Velez Sarsfield por usar o texto de Teixeira de Freitas como parâmetro, enxertava em uma realidade de diversa da argentina, elementos de uma sociedade que mantinha características típicas de antigo regime. Para Alberdi, a proposta de Código Civil era contrária ao espírito da Constituição de 1853, que havia consagrado as mais amplas liberdades econômicas. Influenciado pela escola histórica do direito alemã, o intelectual tucumano considerava que era preciso que as leis surgissem com naturalidade da vida social do país e não fossem impostas a partir de modelos importados. Apesar dessa rejeição de modelos, Alberdi sustentava a vocação americana da Argentina, o que deveria resultar em um afastamento da Europa e de uma aproximação com a experiência norte-americana. O Brasil, para Alberdi, era uma espécie de enclave europeu nas Américas, pelas continuidades ibéricas que marcavam a sua formação social. Assim, para o intelectual tucumano, ser americano era buscar uma via de construção da nacionalidade que, em muito sentidos, tivesse o Brasil e a sua realidade social como um contraponto. A pesquisa é feita com base em escritos dos autores em questão, Juan Bautista Alberdi e Damácio Velez Sarsfield, para além de bibliografia posterior.

Palavras-chave: Argentina; Século XIX; Pensamento Social; Juan Bautista Alberdi; Damacio Velez Sarsfield

O conceito de anti-imperialismo no revisionismo histórico paraguaio e sua difusão na historiografia latino-americana

Marcela Cristina Quinteros

Programa de Pós-Graduação em História Social - USP

marcelacristinaquinteros@gmail.com; mquinteros@usp.br

Resumo: Na virada do século XIX para o XX, um grupo de intelectuais paraguaios começou a fazer a releitura do passado oitocentista de seu país com o objetivo de recuperar a "autoestima nacional" perdida após a derrota na Guerra da Tríplice Aliança. Seu principal referente, Juan O'Leary, contrapôs às perdas materiais e humanas, a coragem do Marechal Solano López e do povo paraguaio como elementos positivos. Juan Natalicio González, um de seus discípulos, completou essa interpretação revisionista ao fundamentar que essa coragem apoiava-se na "essência" da raça paraguaia, da terra e da história nacional. Entre as décadas de 1920 e 1930, com o aumento da disputa limítrofe entre o Paraguai e a Bolívia, González desenvolveu o argumento do imperialismo como o interesse de forças externas que ameaçava dita "essência".

Assim como a Inglaterra tinha agido nas penumbras para provocar o enfrentamento entre o Paraguai e a Tríplice Aliança no século XIX, companhias petroleiras estariam pressionando a Bolívia para se enfrentar com seu vizinho Paraguai para obter vantagens na região do Chaco, onde supunham a existência de importantes reservas de petróleo. O objetivo desta apresentação é mostrar como foram construídos os conceitos imperialismo/anti-imperialismo no revisionismo histórico paraguaio e de que modo eles foram apropriados por historiadores argentinos, uruguaios e brasileiros. Partindo da análise dos escritos de González e da identificação dos círculos de intelectuais latino-americanos nos quais ele se inseriu, se procurará identificar de que modo se deu a difusão e consolidação desses conceitos a nível continental.

Palavras chaves: Anti-imperialismo; revisionismo histórico paraguaio; Juan Natalicio González

A dimensão latinoamericana do estudio sobre las condiciones del desarrollo de colômbia de
Louis-Joseph Lebret.

Dinalva Derenzo Roldan

Doutoranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

dinaroldan@usp.br; diroldan@yahoo.com.br,

Resumo: Em 1958 era publicado em Bogotá dois volumes intitulados "Estudio sobre las condiciones del desarrollo de Colombia". Tratava-se dos resultados da pesquisa desenvolvida entre 1954 e 1956 pela Misión Economía y Humanismo dirigida pelo frei dominicano francês Louis-Joseph Lebret a partir da demanda do Comité Nacional de Planeación e do então presidente Alberto Lleras Camargo. A contratação de uma pesquisa internacional sobre o desenvolvimento da Colômbia não foi uma ação excepcional, outros estudos considerados das ciências econômicas aplicadas foram elaborados no período, como o "Informe Currie" de 1950 e o estudo da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – em 1955. Mas o que se destacava no trabalho de Economía e Humanismo era precisamente a técnica de pesquisa social desenvolvida por Lebret e uma série de profissionais e colaboradores do Mouvement Economie et Humanisme. A missão de Economía e Humanismo na Colômbia inscreve-se em uma rede de relações estabelecida entre os idealizadores do movimento na França e diversos países da América Latina, dentre eles o Brasil onde, desde o primeiro contato em 1947, fora estabelecida a SAGMACS – Sociedade Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos

Sociais - responsável pelo desenvolvimento das pesquisas aplicadas no território brasileiro. Neste artigo abordaremos a inscrição da pesquisa realizada na Colômbia em um conjunto de pesquisas de caráter regional desenvolvidas no Brasil ressaltando a construção e refinamento do método de pesquisa social, como a categorial espacial - o território - assume relevância na concepção de Desenvolvimento do movimento, assim como a divulgação da pesquisa colombiana associada ao método através da rede latinoamericana de Economia e Humanismo. Pretende-se, através das revistas francesa e latinoamericana de divulgação do movimento e dos planos regionais realizados na Colômbia e Brasil, extrapolar os limites nacionais da pesquisa colombiana colocando-a em uma dimensão latinoamericana do Mouvement Économie et Humanisme.

Palavras-Chave: Louis-Joseph Lebret; plano de desenvolvimento da Colômbia, pesquisa social aplicada.

Redes intelectuais e revistas culturais: *Amauta* e a América Latina

Henrique G. Silva

Mestrando do Curso de História Social no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ),
bolsista CNPQ.
henriqueguimasilva@gmail.com

Resumo: Entre fins do século XIX e princípios do século XX, o ambiente intelectual latino-americano foi marcado por uma forte expansão das produções letradas que, acompanhando o crescimento das publicações de toda sorte, foi palco para as mais interessantes colaborações de artistas e intelectuais que se dedicaram à reflexão sobre variados temas de urgência naquela realidade. Os impactos dos grandes eventos dos anos 1910, como a Grande Guerra e as revoluções russa e mexicana, foram traduzidos em novas e radicais leituras sobre as realidades dos povos latino-americanos a fim de conduzir a novos sentidos e projetos nacionais. É, portanto, no cenário desenhado até aqui que o subcontinente latino-americano foi invadido por diversas revistas culturais, espaços privilegiados de atuação de intelectuais e artistas que, por meio destas, configuraram importantes contatos e trocas, entre consensos e dissensos, dando origem a inovadores projetos de identidade nacional e continental. No presente trabalho nos deteremos em compreender o papel das revistas como espaços de articulação política e cultural entre intelectuais latino-americanos durante a década de 1920. A partir da

noção de “comunidade argumentativa”, apresentada por J.G.A. Pocock, entenderemos as elaborações em forma de artigos presentes nas páginas das revistas como emissões de ideias que contribuem para a (trans)formação de contextos linguísticos que permeiam o ambiente intelectual da região, a fim de possibilitar variadas formas de interpretação das realidades locais, além de projetos para os mesmos. Buscaremos, portanto, destacar a dinâmica da produção editorial no continente e demonstrar, por meio da revista *Amauta*, como as contribuições escritas presentes na publicação configuram parte de uma intensa rede de ideias para a inserção da América Latina em uma tendência de reavaliação de valores na região, com destaque para projetos de identidades continentais característicos da década de 1920.

Palavras-chave: América Latina; Redes intelectuais; Amauta.

Revista *Chiapas*: intelectuais, política e o Exército Zapatista de Libertação Nacional

Mahira Caixeta Pereira da Luz

Mestranda na Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Bolsista CAPES

Resumo: Este trabalho se propõe a investigar a revista *Chiapas*, que foi uma coedição produzida pela *Universidad Nacional Autónoma de México*, em parceria com as Ediciones Era. A publicação, que contou com a direção da economista Ana Esther Ceceña, circulou no formato digital e impresso, tendo sua duração compreendida entre os anos de 1995 e 2004. *Chiapas* contou com a colaboração de intelectuais de diferentes áreas e teve como seu objetivo inicial analisar a formação e atuação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), além de problematizar de que modo o estado de Chiapas seria representativo do México como um todo. Contudo, paulatinamente, a revista ampliou o seu debate e passou a abordar diferentes assuntos, os quais podem ser agrupados em três grandes temas: as realidades indígenas, os diferentes movimentos sociais e a adoção do neoliberalismo. Entendemos essa revista como um projeto intelectual, na medida em que professores universitários a utilizaram como um suporte material para debater questões referentes ao México e à América Latina. Entender as críticas referentes a aspectos da política mexicana, a adoção do neoliberalismo em escala continental, bem como analisar a problemática indígena trazida na publicação nos fará compreender melhor os contornos da intelectualidade no mundo contemporâneo. Utilizaremos da História Intelectual e dos Intelectuais como suporte teórico, bem como do uso

de revistas como fonte para o trabalho do historiador. Nossa ênfase se dará na análise das ideias que circularam na revista e de que como essas dialogaram com a sociedade na qual foram produzidas, a relação dos intelectuais com movimentos sociais na contemporaneidade, além de analisar as críticas referentes ao neoliberalismo contidas na publicação.

Palavras chave: Revista, Intelectuais, EZLN

Sessão 2 – Projetos Políticos Nacionais e Continentais das Esquerdas

Indoamérica ou Rússia Americana: o marxismo de José Carlos Mariátegui

Ricardo Gustavo Garcia de Mello

Mestrando Prolam-usp

ricardomello@hotmail.com.br

Resumo: Foi o marxismo surgido com o advento da Revolução Russa de 1917 encabeçada pelo líder Lenin que tomou a dianteira e conquistou os corações e mentes da intelectualidade latino-americana, entre estes foi Mariátegui que com o seu Indo-marxismo apostou na salvação do Peru: *El Marxismo-Leninismo abrirá el sendero luminoso hacia la revolución socialista*. (O Marxismo-Leninismo abrirá o caminho iluminado para a revolução). Declarando que *o proletariado indígena espera o seu Lenin*. A repercussão do marxismo na América não se deve somente ao sucesso da Revolução Bolchevique na Rússia, mas pela capacidade do marxismo se aclimatar pelo intermédio das mãos de certos intelectuais, sobretudo de José Carlos Mariátegui (1894-1930), que fizeram com que a interpretação da realidade nacional seja lida aos moldes do populismo (Narodnick) e do Bolchevismo (marxismo-leninismo) como que se as sociedades latino-americanos vivessem em circunstancias societárias equivalentes à russa. Isto não quer dizer que a América tenha relações históricas com a Rússia e menos ainda que exista semelhanças étnicas e linguísticas, mas que as formas sociais da América, em especial, a América Andina, guarda características semelhantes com as formas sociais da Rússia. Isto quer dizer que as circunstancias que fizeram o marxismo triunfar na Rússia para muitos intelectuais são equivalentes as circunstancias societárias presentes na América Latina, em especial no México e no Peru. Logo é um erro considerar o nosso comunitarismo indígena, as tradições autóctones de instituições políticas e sociais, e mesmo ao nosso elitismo intelectual, entraves ao marxismo. Pelo contrário são tais característica do "atraso" que formam o trampolim para solta histórico revolucionário. Pois foi justamente certo tradicionalismo comunitário e certo

elitismo intelectual de cunho messiânico que promoveram o sucesso do marxismo na Rússia. O caso russo é bem ilustrativo porque foi o tradicionalismo da vida camponesa, como é o tradicionalismo da vida do *Ayllu* (comunidade indígena autóctone) no Peru que vai iniciar o processo de abertura ao marxismo, através do movimento político indigenistas e na Rússia pelo movimento político populista (*Narodnik*). Para ambos movimentos a modernidade capitalista, em especial o livre-comércio representa uma forma de violência anti-camponesa e anti-indígena por violar os laços de solidariedade constituídos pela tradição do comunismo autóctone. Por isto que defendem a vida comunitária e os costumes rurais como forma de resistir aos “Moinhos satânicos” do capitalismo este destruidor das formas comunistas de vida social. Muitos marxistas não só na Rússia, mas em especial na América Latina, pensam a vida comunitária como forma de resistência e como um meio de saltar para o socialismo sem ter que passar pelo capitalismo, porque os laços comunistas já estão historicamente constituídos e não foram destruídos pelos “moinhos satânicos do capitalismo”. *Por esto, en las aldeas indígenas donde se agrupan familias entre las cuales se han extinguido los vínculos del patrimonio y del trabajo comunitarios, subsisten aún, robustos y tenaces, hábitos de cooperación y solidaridad que son la expresión empírica de un espíritu comunista. La comunidad corresponde a este espíritu. Es su órgano. Cuando la expropiación y el reparto parecen liquidar la comunidad, el socialismo indígena encuentra siempre el medio de rehacerla, mantenerla o subrogarla. El trabajo y la propiedad en común son reemplazados por la cooperación en el trabajo individual.* [MARIÁTEGUI, 1984, p.83] Muitos teóricos dos movimentos populistas russos e dos movimentos indigenistas pensam que nestas comunidades devido ao seu caráter autóctone e de “anterioridade” ao “Estado-colonizador”. É nelas que está guardado os elementos essenciais e definidores da fisionomia do povo, é nessas comunidades autóctones que reside o verdadeiro caráter nacional e não nas instituições postças e eurocêntricas. Tal discurso está presente no pensamento de Mariátegui dada a sua pretensão de refundar o Peru a partir do índio como bem expressa o seu *slogan Peruanicemos al Perú*. Outro elemento importante para o sucesso do marxismo na América Latina é o elitismo intelectual. O elitismo intelectual se caracteriza sobretudo pela ideia de que o intelectual é um ser ungido e portador de um ideal missionário capaz de fazer a redenção do povo. O intelectual assim se apresenta como líder revolucionário com a missão de salvador dos oprimidos. Não é o fato do intelectual falar ou não falar o termo povo que o define como elitista, mas pelo fato de se colocar como predestinado a fazer a redenção do gênero humano através da sua ilustração. Tal ideia do intelectual redentor esteve presente em diversos momentos da história,

mas foi em 1850 com a criação na Rússia do termo *intelligentsia*, cunhado pelo escritor russo *Piotr Boborykin* e difundida pelos romances de *Turgueniev*, que se consagrou tal elitismo intelectual, que obteve o seu êxito político com o sucesso do marxismo-leninismo da Revolução bolchevique de 1917. O termo *intelligentsia* se refere não só a uma categoria ou grupo de pessoas envolvidas num trabalho intelectual complexo de disseminação de ideias, mas ao posicionamento de trabalhadores intelectuais engajadas no desenvolvimento e aprimoramento de uma ideologia.. E é por isto que se intitulam de órgão consciente da sociedade. Exemplo disto é a Vanguarda de Lenin que se colocava como o órgão formador da consciência política das massas. E está ideia de *intelligentsia* encontrou um terreno político fértil para o seu florescimento na Rússia através do movimento populista radical e na América de Mariátegui através do movimento socialista indígena. Em uma das notas do *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruano*, uma das principais obras de Mariátegui, o autor inclui uma nota tirado do prólogo que ele escreveu para o livro de Luis E. Valcárcel *Tempestad en Los Andes* (1927). "*En el prólogo de Tempestad en los Andes de Valcárcel, vehemente y beligerante evangelio indigenista, he explicado así mi punto de vista: "La fe en el resurgimiento indígena no proviene de un proceso de "occidentalización" material de la tierra quechua. No es la civilización, no es el alfabeto del blanco, lo que levanta el alma del indio. Es el mito, es la idea de la revolución socialista. La esperanza indígena es absolutamente revolucionaria. El mismo mito, la misma idea, son agentes decisivos del despertar de otros viejos pueblos, de otras viejas razas en colapso: hindúes, chinos, etc. La historia universal tiende hoy como nunca a regirse por el mismo cuadrante. ¿Por qué ha de ser el pueblo inkaico, que construyó el más desarrollado y armónico sistema comunista, el único insensible a la emoción mundial? La consanguinidad del movimiento indigenista con las corrientes revolucionarias mundiales es demasiado evidente para que precise documentarla. Yo he dicho ya que he llegado al entendimiento y a la valoración justa de lo indígena por la vía del socialismo. El caso de Valcárcel demuestra lo exacto de mi experiencia personal. Hombre de diversa formación intelectual, influido por sus gustos tradicionalistas, orientado por distinto género de sugerencias y estudios, Valcárcel; resuelve políticamente su indigenismo en socialismo. En este libro nos dice, entre otras cosas, que "el proletariado indígena espera su Lenin". No sería diferente el lenguaje de un marxista."* [MARIÁTEGUI, 1984, Vol. 2. p.35-6]

Palavras-Chave: Mariátegui, marxismo, comunitarismo, intelligentsia

O Político e Social como Forma: uma aproximação a partir de Martí, Rodó e Mariátegui.

Rafaela Cássia Procknov
Doutoranda no Departamento de Letras Modernas da USP. Área Língua Espanhola.
Bolsista do CNPQ.

Ronaldo Tadeu de Souza
Doutorando no Departamento de Ciência Política da USP. Área Teoria Política.
Bolsista da CAPES.
ronaldolais@yahoo.com.br

Resumo: Neste trabalho investigamos em que contexto se tornou inteligível a ideia da existência de um pensamento político e social latino-americano. Para tanto, propomos um estudo da produção textual de três nomes, via de regra, considerados os percussores da reflexão acerca da identidade dos povos da América Latina, a saber: o cubano José Martí, o uruguaio José Enrique Rodó e o peruano José Carlos Mariátegui. Nesse sentido, apresentamos uma hipótese de leitura desdobrada, por sua vez, em três movimentos constitutivos. Tal hipótese parte de uma formulação geral, a de que a singularidade do pensamento político e social, em terras sul americanas, no fim do século XIX e início do XX, estaria calcada na estetização da palavra como modalidade de reflexão. Dessa premissa, desenvolvem-se: 1) dado que o pensamento político e social, fundador, no continente americano, cristalizou-se através da formalização da linguagem, a aproximação com a literatura seria profícua, pois não se trata de traçar, de modo arbitrário, as conexões entre as coordenadas sociais e políticas e a escritura, mas, antes, de evidenciar que a própria interpelação dos problemas locais se deu em conjunção com o anseio pela estilização da letra; 2) as obras *Nuestra America*, de Martí, *Ariel*, de Rodó, e a experiência de Mariátegui, na *Revista Amauta* é o solo fértil em que podemos vislumbrar essa estetização do discurso político e social 3) esta elaboração criativa das questões sociais e políticas da América Latina foi proeminente em Martí, Rodó e Mariátegui, já que tentaram não só delinear quem eram nossos povos, mas também e, sobretudo, construir nossa identidade nacional (em consonância com uma ética das formas) como diferença, como o *Outro do Ocidente*. Este estudo, por fim, busca contribuir tanto para um melhor repensar das coisas dos povos latinoamericanos como consolidar pesquisas na chave interpretativa do *pensamento político e social*.

Palavras-Chave: Martí; Rodó; Mariátegui

Sin calco ni copia: por el sendero luminoso del “maoísmo mariáteguizado”

Flávia Eugênia Gimenez de Fávori

Mestranda em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da
Universidade de São Paulo (EACH/USP).

flavia_egdf@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a questão indígena no Peru a partir da contraposição da interpretação da realidade peruana feita por José Carlos Mariátegui no início do século XX e da leitura que o Partido Comunista del Perú – Sendero Luminoso (PCP-SL) fez da teoria mariáteguiana, já na década de 1970. Busca-se compreender também como a questão indígena estava sendo construída nestes anos a partir da perspectiva do Estado peruano, notadamente do governo militar de Juan Velasco Alvarado (1968-1975). A tese que se defende é que a análise senderista da obra de Mariátegui e do “problema do índio” parece estar influenciada tanto pela orientação maoísta da organização, como pela forma que a questão estava sendo articulada nesse momento no Peru, ou seja, através de um enfoque mais sindicalista e camponês.

Palavras-chave: Mariátegui, Sendero Luminoso, questão indígena

O conceito de Libertação e o pensamento latino-americano (1968-79)

Alexandre Queiroz

UNIFESP

alexandrequeroz@gmail.com

Resumo: “Libertação” foi um conceito dotado de amplos significados políticos e religiosos na América Latina e alvo de intensas discussões no seio da Igreja e fora dele, sobretudo entre os anos 1960 e 1980, das quais participaram importantes intelectuais e autoridades eclesiais. As conclusões das Conferências Episcopais de Medellín, em 1968 e de Puebla, em 1979, fontes da pesquisa de mestrado, debateram e formularam o significado da “Libertação” na Igreja latino-americana, marcada pelo advento da Teologia da Libertação. Dessa forma, nos interessa mapear a circulação de ideias bem como o debate que se estabeleceu entre interpretações da “Libertação” na América Latina, centradas na afirmação de uma identidade latino-americana,

crítica ao capitalismo, reflexões sobre a modernidade e em constante diálogo com as leituras marxistas da realidade latino-americana.

Repensar a resistência armada na América Latina a partir da perspectiva da história
conectada

Carlos Eduardo Malaguti Camacho
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de São Paulo.
cmalagutti@gmail.com

Resumo: Este trabalho pretende apresentar e discutir como dois importantes grupos guerrilheiros da esquerda latinoamericana – Tupamaros e Ação Libertadora Nacional – estabeleceram certas conexões em meio a sua ação guerrilheira. O objetivo central é demonstrar como a História Conectada pode oferecer outra perspectiva para compreender os fenômenos da luta armada na América Latina, buscando se colocar como uma contribuição que visa ir além dos panoramas nacionais. O eixo fundamental é pensar a pertinência da metodologia da História Conectada, metodologia defendida por Maria Lígia Coelho Prado, para estudar esses momentos históricos em que apesar de se observar o Estado Nacional se impondo de maneira bastante concreta, há dentro da concepção política engendrada por esses grupos guerrilheiros uma perspectiva que transcende a nação. A luta armada na América Latina é um tema que já foi muito estudado pela historiografia, apresentado na maioria das vezes sob um ponto de vista engessado, sem pensar de forma dialética a complexidade desse processo. Além disso, é comum que as análises sobre tais esquerdas observem de maneira restrita a atuação de tais grupos em níveis nacionais, perdendo com isso diversas possibilidades de uma interpretação mais abrangente sobre tais fenômenos. Como resultado, o uso dessa visão que transcende as fronteiras nacionais foi fundamental para observar um momento histórico em que ALN e Tupamaros buscaram atuar em conjunto, como a documentação encontrada demonstrou. Portanto, parece pertinente que se siga buscando uma compreensão da luta armada na América Latina em uma dinâmica transnacional.

Os caminhos da revolução nicaraguense

Marco Antonio Piva

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - PROLAM/USP
mapiva@uol.com.br

Resumo: A Revolução Sandinista, ocorrida na Nicarágua em 19 de julho de 1979, foi um episódio histórico que reacendeu na América Latina a esperança por sociedades mais justas e democráticas. Ocorrida vinte anos após a Revolução Cubana, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que liderou o processo revolucionário, indicou novos caminhos para a esquerda ao incorporar em sua proposta de governo a realização de eleições diretas com pluralismo político, a economia mista e a soberania nacional. Nessa época, a América Central vivia a efervescência das ações guerrilheiras, o que punha em questão o domínio norte-americano na região. Mas, a vitória de 1979 é resultado de um longo percurso de resistência, que começa com os indígenas contra a colonização espanhola, passa pelas disputas entre liberais e conservadores no período pós-independência e se estende por todo o século XX. Primeiro, com a figura lendária de Augusto Cesar Sandino, que chefiou um pequeno exército rebelde e liderou a expulsão das tropas dos Estados Unidos do território nicaraguense, em 1933. Depois, com a reapropriação simbólica da luta de Sandino por um grupo de estudantes que criou, em 1961, a Frente Sandinista de Libertação Nacional. O percurso da luta armada na Nicarágua foi marcado por avanços e recuos até desembocar na vitória de julho de 1979. Os sandinistas, que no momento da conquista do poder não passavam de 500 militantes, demonstraram um novo posicionamento para o conceito de revolução. O aparelho de Estado do ditador Anastácio Somoza Debayle foi completamente desmontado e, no lugar, surgiram novas estruturas políticas, jurídicas e militares, como o Exército Popular Sandinistas, caudatário das forças guerrilheiras. Como base de tudo isso, a ideia de um processo democrático com ampla participação popular, o que chamou a atenção da esquerda mundial. O objetivo dessa apresentação é mostrar a história da Revolução Sandinista abordando, de forma crítica, o processo que culminou no sucesso da luta armada na Nicarágua.

Palavras-chave: Revolução Sandinista, América Latina, Estados Unidos da América.

Sessão 3 – Pensamento Conservador, Pensamento Liberal

Interpretações da América: iberismo e americanismo no discurso de intelectuais religiosos

Edison Lucas Fabricio

Doutorando em História (UFSC) / Bolsista CAPES.

edisonlucasf@hotmail.com

Resumo: Intelectuais e religiosos, na perspectiva de Max Weber e Pierre Bourdieu, guardam algumas semelhanças. Eles são portadores de um saber especializado, de uma autoridade peculiar e vivem distanciados do “poder do dinheiro”, ambos são produtores de bens simbólicos. Nesta comunicação o objetivo é discutir as ideias de dois intelectuais religiosos, Eduardo Carlos Pereira e Leonel Franca, e seus respectivos livros, *O problema religioso da América Latina* e *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, bem como os argumentos mobilizados em torno das noções de progresso e atraso, moderno e arcaico, avanço e decadência, e suas associações ao protestantismo e ao catolicismo. A pesquisa está ancorada nos princípios teórico-metodológicos propostos por Pierre Bourdieu para a análise dos campos sociais, mormente do campo intelectual e do religioso, e em sua proposta de análise dos discursos enunciada na *Economia das trocas linguísticas*. Como resultados parciais aponta-se que o primeiro livro, publicado em 1920, é resultado das impressões do autor no Congresso do Panamá (1916). Nele argumenta-se que o “atraso econômico e cultural” da América Latina deriva de suas raízes ibéricas e, especialmente do catolicismo. O segundo livro, publicado em 1923 é uma resposta ao primeiro, e empreende uma crítica relevante ao americanismo, fazendo coro a outros intelectuais como Eduardo Prado e Alceu Amoroso Lima. Para além de polêmicas religiosas, os embates entre Leonel Franca e Eduardo Carlos Pereira representam disputas de elites intelectuais sobre a modernidade brasileira e latino-americana. O primeiro sendo um dos mais destacados líderes dos intelectuais católicos ligados ao Centro Dom Vital e o segundo um dos primeiros líderes dos intelectuais protestantes brasileiros.

Palavras-chave: América Latina, Intelectuais, Religião.

O Cardeal Joseph Ratzinger e a crítica a alguns aspectos da Teologia da Libertação

Bruno Fernandes Mamede
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica
da Universidade de São Paulo
bruno.mamede@usp.br

Resumo: Neste artigo procuraremos analisar os detalhes das críticas feitas pelo então Cardeal Joseph Ratzinger a alguns aspectos da Teologia da Libertação (TL) em três documentos: o Capítulo XII do livro-entrevista *A Fé em Crise?*, onde Ratzinger respondeu uma série de questões importantes sobre o tema, feitas pelo jornalista e escritor italiano Vittorio Messori, e onde também está contida uma reflexão pessoal de Ratzinger chamada *Algumas Observações Preliminares*, a conhecida, mas frequentemente sub-analisada, *Instrução sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação*, onde a postura da Igreja perante essa nova corrente teológica é definida e, por fim, a *Notificação sobre o Livro "Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de Eclesiologia Militante" de Frei Leonardo Boff, O.F.M. (1985)*, na qual a Congregação para a Doutrina da Fé, comandada por Ratzinger, concluiu o processo contra ele iniciado em 1982, cujo resultado foi a condenação do religioso a um ano de "silêncio obsequioso". Esta reflexão é pertinente, sobretudo, por três razões; em primeiro lugar, pela reflexão do Cardeal sobre o conceito de "libertação" compreendido na América Latina a partir dessa nova teologia; em segundo lugar porque Ratzinger identifica o subcontinente como sendo o "centro de gravidade" da Teologia da Libertação, embora esta não fosse um fenômeno exclusivamente latino-americano. Além disso, Ratzinger analisa a TL como "uma forma de imperialismo cultural", lembrando que não se trata de um produto original, mas apropriado de "intelectuais nascidos ou formados no Ocidente opulento". Um estudo pontual dos textos do Cardeal Ratzinger permitirá, em certos aspectos, compreender melhor a crítica da Igreja à Teologia da Libertação.

Palavras-Chave: Ratzinger, Teologia da Libertação, América Latina.

A dimensão política no estruturalismo cepalino de Celso Furtado e José Medina Echavarría

Gustavo Louis Henrique Pinto

Doutorando em Ciência Política – UFSCar

gulhpinto@gmail.com

Resumo: A experiência do estruturalismo latino-americano, como tradição desenvolvimentista de formulação intelectual e de políticas de planejamento, no pós Segunda Guerra Mundial e impulsionadas pelo pensamento econômico da CEPAL, significaram um dos principais momentos de sistematização e de circulação de interpretações em comum para a região, no decorrer do Século XX. Ideias como subdesenvolvimento, atraso, centro-periferia, deterioração dos termos de troca, obstáculos ao desenvolvimento, são ideias reconhecidas como a constituição, para alguns autores, de uma Escola Latino-Americana do Desenvolvimento – ELD (Di Fillipo, 2007), ou como teorias realmente autóctones da região (Love, 2011). A partir dos resultados finais de tese de doutorado, interrogamos aqui sobre a dimensão política na teoria do desenvolvimento, de forma comparativa, entre as obras de Celso Furtado e José Medina Echavarría, enquanto intérpretes da ELD. O primeiro objetivo visa apontar a dimensão política e social como considerações centrais da teoria do desenvolvimento de Furtado e Echavarría, apresentado a partir do argumento da inviabilidade em pensar o desenvolvimento apenas no campo econômico. A ampliação das dimensões do desenvolvimento para aspectos políticos, sociais e culturais, constitui uma inovação do período da década de 1950, em nível internacional, e os dois autores, de diferentes formas, participam intensamente de refundação do conceito na América Latina. O segundo objetivo é apresentar a análise de que Furtado e Echavarría foram dois, dentre a primeira geração de cepalinos, que colocaram o debate da democracia como central na proposição do planejamento democrático. A hipótese de investigação é que os dois autores se deparam com a questão de como construir a modernidade na periferia, desencadeando na política como espaço central nesta tarefa, e, principalmente, com o peso na democracia na realização do desenvolvimento, mas apresentando uma interpretação distinta de democracia em cada autor, como meio estratégico e fim em Furtado, de base social-democrática, e como um valor de liberdade e “criação social” em Echavarría, de base liberal competitiva. Os contextos e grupos em que se inserem os intelectuais estão marcados por um conjunto de representações e significados que constituíram as interpretações dos processos políticos e o lugar da Nação nestas. A metodologia se volta para uma nova perspectiva de análise sobre a produção do pensamento

político e social latino-americano que se abre a partir da noção de linhagens (Brandão, 2007). Nesta chave, processo social e ideias sociais são percebidas como um continuum, em que os modos de sua representação são momentos da luta política (Skinner, 2001).

Palavras-chave: política do desenvolvimento, Teoria do desenvolvimento, democracia

A volta do pensamento liberal na América Latina? Um estudo sobre a influência da escola econômica austríaca na região

Rodrigo Ito

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará.

Aluno da Especialização em Direito e Relações Internacionais da Universidade de Fortaleza.

Pesquisador do Núcleo de Estudos Internacionais (NEI), da Unifor e Fundação Alexandre de Gusmão, no eixo de desenvolvimento econômico.

rodrigoito62@gmail.com

Candice Machado de Carvalho

Bacharel em Comunicação Social com ênfase em jornalismo pela Faculdade Integrada do Ceará.

Aluna da Especialização em Direito e Relações Internacionais da Universidade de Fortaleza.

Pesquisadora do Núcleo de Estudos Internacionais (NEI), da Unifor e Fundação Alexandre de Gusmão.

candicemsc@gmail.com

Resumo: Durante os primeiros anos do século 21, os governos da América Latina foram marcados pela predominância de uma linha política progressista. Contudo, o ápice da crise econômica, aliado ao declínio do boom das commodities, trouxe à tona novos agentes políticos, muito desses alinhados ao pensamento liberal econômico. Importante observar que essa transformação política traz uma nova influência baseada nos ideais da escola econômica austríaca. No Brasil, essa transformação pode ser elucidada com o estabelecimento de *think-tanks* que passam a difundir o ideário libertário e, posteriormente, a formação de movimentos sociais, dentre esses, o Movimento Brasil Livre (MBL). É notado que não se trata de uma dinâmica restrita ao Brasil. Uma porção considerável de países da América Latina também vivencia um fluxo de transformação política similar. O objetivo deste trabalho é investigar a forma e extensão dessa influência na região. Ou seja, observar quais os métodos utilizados por

esses centros e movimentos na difusão do pensamento liberal, bem como os seus efeitos sobre as sociedades latino-americanas. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica exploratória. Em relação aos resultados, conclui-se que este movimento surge com grande potencial de influência na região e que seus efeitos podem ser prejudiciais ao desenvolvimento socioeconômico latino-americano.

Palavras-chave: Liberalismo. Escola austríaca. América Latina.

A formulação do pensamento neoliberal na América Latina em perspectiva comparada: o pensamento econômico de Eugênio Gudín (Brasil), Martínez de Hoz (Argentina) e Sergio de Castro (Chile)

Marcos Taroco Resende
Curso de Ciências Econômicas
Universidade Federal de São João del-Rei
marcostaroco07@hotmail.com

Prof. Múcio Tosta Gonçalves
Departamento de Ciências Econômicas
Universidade Federal de São João del-Rei
mucio@ufsj.edu.br

Resumo: A implantação de políticas neoliberais na condução das políticas econômicas é um tema importante nas agendas dos movimentos sociais e dos Estados na América Latina desde os anos 1990. Pouco, porém, tem sido discutido acerca das condições que permitiram uma formulação propriamente latino-americana desse pensamento, sendo que os principais autores que discutem o tema o fazem especialmente do ponto de vista das teses e debates relativos aos processos de desenvolvimento-subdesenvolvimento e do planejamento (intervenção) estatal. Adotando uma perspectiva de análise comparada de três importantes formuladores de ideias liberais e neoliberais do Brasil, Argentina e Chile, argumentamos que a implantação do neoliberalismo no continente e as formulações teóricas que a sustentam foram e são frutos das heterogêneas forças políticas que sustentaram e sustentam as distintas coalizões governamentais que orientaram os processos de consolidação dos Estados Nacionais. Observando o caso dos três países mencionados, encontramos autores que formularam

proposições teóricas e atuaram como agentes políticos no plano econômico e no das políticas econômicas que refletem em sua produção teórica e em sua atuação política a relação entre a discussão do neoliberalismo numa perspectiva própria da América Latina e o quadro econômico e político que, entre as décadas de 1945 e 1990, caracterizou-se pela recorrência do autoritarismo. Na prática, os autores analisados permitem compreender que o neoliberalismo não é um projeto coerente e único, e que a tese da reconfiguração da relação entre o Estado e o "mercado" não é uma fórmula simples, devendo ser antes compreendida nos quadros dos conflitos políticos e ideológicos nacionais e das suas relações com um dado quadro institucional internacional.

Palavras-chave: Pensamento Econômico; Neoliberalismo.

Sessão 4 – América Latina e alguns de seus desafios no século XXI

Considerações sobre as caracterizações utilizadas nas análises sobre os governos "progressistas" sul-americanos

Luiz Fernando da Silva
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
lf-silva@faac.unesp.br

Resumo: Esta apresentação traz dimensões de uma revisão crítica ainda inicial da literatura política e sociológica em relação às caracterizações sobre a natureza dos governos de "esquerda" ou "centro esquerda", que se desenvolveram na América do Sul a partir do final da década de 1990. Para isso recorre à bibliografia e materiais jornalísticos de diversos períodos. Em linhas gerais, muitas descrições iniciais designaram tal ciclo político na região como "pós-neoliberais", posteriormente outras caracterizações passaram a incorporar também a classificação em dois grandes blocos: de esquerda/ progressistas ou mesmo (neo) populistas (Venezuela, Equador e Bolívia); e social-liberais ou "nova esquerda, não populista" (especialmente Brasil, Uruguai e Chile). A distinção entre esses dois blocos baseia-se ao caráter de maior (ou menor) confronto com as oligarquias locais, definição anti-imperialista (EUA) e relação com o capital financeiro e frações do Capital. As análises e caracterizações partem de distintas tradições teóricas e políticas, de conteúdo ou proximidade com correntes marxistas ou de caráter liberal (neoliberal) latino-americanas. Desdobram-se em maneiras específicas de conceber o Estado e sua relação com os movimentos sociais, desenvolvimento

econômico e social, e inclusive as transformações sociais, no sentido de minimizar ou encerrar as relações de reprodução social da miséria e pobreza na região. Ainda inicialmente é possível recorrer a uma tipologia sobre esses governos que foi se constituindo. A designação de *nacionalismo* (popular e burguês), cujo epicentro seria o eixo bolivariano, em geral ressalta a dimensão do capitalismo de Estado, com forte dimensão distributivista, enfrentamento com as oligarquias nacionais e de caráter anti-imperialista, que aspiraria inclusive à construção do socialismo do século XXI. A outra, de *centro-esquerda*, articularia políticas sociais compensatórias, mas condicionadas por políticas monetaristas e fiscais conservadoras, priorizando interesses de frações do capital, e política exterior multilateral e pragmática, que se distanciaria (ou não) dos Estados Unidos, sem assumir uma perspectiva anti-imperialista nem confrontação com as oligarquias internas. Em vertente distinta, a perspectiva que ressalta o caráter *populista (neo-populista)* recorre especialmente à crítica das disfunções desses governos em relação ao déficit público (estatal), destruindo os “fundamentos econômicos” constituídos na década de 1990, para manutenção eleitoral desses projetos governamentais, e baseado em lideranças carismáticas diante das “massas”. Por último, a definição como governos de *frente popular* observa que tais governos surgem de períodos de profunda crise social e política, onde ocorrem alianças políticas entre representações políticas apoiadas por movimentos sociais (urbanos e rurais) e partidos e organizações de esquerda (comunista, socialista, nacionalista e católica) com lastro nas camadas sociais populares, no proletariado e campesinato, e em setores das classes médias.

Neodesenvolvimentismo e lutas sociais: afinidades e distanciamentos entre os modelos brasileiro e argentino

Alessandro Rodrigues Chaves

Mestrando em Ciências Sociais na Unesp-Araraquara.

Bolsista CAPES.

ale.r.chaves@hotmail.com

Resumo: A inclinação política supostamente pós-neoliberal promovida por diferentes governos no início do século XXI na América Latina trouxe à tona a estratégia e teoria *neodesenvolvimentista*. Tanto o Brasil quanto a Argentina experimentaram, no período recente, significativas taxas de crescimento econômico. Os aspectos sociais e a estabilidade política também se destacam como elementos a serem analisados. A estabilidade política dos

governos Kirchners se difere radicalmente do contexto neoliberal que derrubou presidentes em meses, assim como as vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores resultou no termo *lulismo* para explicar uma suposta hegemonia do partido. A estabilidade pode ser evidenciada através da ampla base eleitoral de ambos os governos, principalmente nas camadas populares beneficiadas por políticas sociais focalizadas. Em termos históricos e estruturais os dois países devem ser compreendidos como *dependentes*, ambos experimentaram governos considerados populistas, sofreram ditaduras militares e imposições neoliberais. As semelhanças nas formas políticas e nas estratégias econômicas parecem se repetir neste início de século, assim como a reação da oposição política que venceu nas urnas o governo de Cristina Kishner e afastou – por meio de impeachment – a presidente Dilma Rousseff. O que eventualmente pode significar uma nova adequação às determinações da economia mundial e o agravamento da situação de dependência. Pretendemos compreender as afinidades e os distanciamentos nas propostas teóricas econômicas de ambos os países, assim como identificar a relação entre a base social, os movimentos populares e os governos. Em hipótese, podemos compreender as estratégias neodesenvolvimentistas através da intensificação do modelo primário-exportador. Já as lutas contra o neoliberalismo promovidas pelos movimentos sociais que resultaram no sucesso eleitoral dos governos *pós-neoliberais* são reduzidas ao ambiente institucional, visando conter a ação dos movimentos sociais e dos setores populares. Aventamos estar diante de um cenário que perpetua a condição de *dependência* e a tentativa de inviabilizar as lutas sociais.

Palavras-chave: neodesenvolvimentismo; dependência; luta de classes.

Cidadania regional Iationamericana: um olhar pós-colonialista em busca de uma "nova gramática da cidadania

Paula Zambelli Salgado Brasil
Mestre em Direito Público/Unisinos-RS
Universidade Presbiteriana Mackenzie
pzs@terra.com.br

Rosa Maria Zaia Borges
Doutora em Direito/USP
Centro Universitário Ritter dos Reis/Faculdade de Relações Internacionais e Faculdade de
Direito

Resumo: O presente estudo trabalha as condições de possibilidade de construção do conceito de cidadania regional sulamericana, capaz de fazer face aos efeitos indesejáveis do processo de globalização econômica, contribuindo para uma instância de integração com um viés democrático, aberta ao diálogo entre os diferentes atores desse processo e consolidada na participação dos diferentes movimentos sociais e outros setores da sociedade civil. Desviando-se das concepções tradicionais a respeito da integração econômica e da construção de uma cidadania regional fundamentadas nas epistemologias do norte global, traz à tona uma discussão que possibilite a construção de um arcabouço político e jurídico condizente com a realidade dos países do sul. Como objetivo geral tem-se o de investigar e problematizar os desafios e perspectivas para a consolidação e efetiva fruição de uma cidadania regional sulamericana, com vistas à ampliação de políticas públicas uniformes de garantias dos direitos humanos, sob o aporte teórico dos estudos pós-colonialistas. Metodologicamente, constitui-se o presente estudo em pesquisa sócio-jurídica, de caráter teórico, por meio de levantamento bibliográfico próprio das temáticas e de pesquisa documental em textos normativos internacionais, regionais e nacionais, visando a desvendar o contexto e a trajetória de positivação e implementação dos instrumentos de consolidação da cidadania regional, bem como apontar as limitações e os avanços na seara jurídico-normativa e na sua efetivação em termos práticos. Como resultados, pretende-se: revisitar o conceito de cidadania, redesenhando-a em um contorno regional sulamericano, traduzindo-se num conceito que parta da realidade sul-sul e que leve em conta as condições históricas e sociais destas sociedades e seus atores; ainda, contribuir teoricamente para um “olhar adiante” sobre o processo integracionista, com vistas à construção de uma “nova gramática de cidadania”, fruto de discussão crítica sobre o papel dos atores, estatais e não estatais, na somatória de esforços pela defesa de uma cidadania regional e transnacional.

Palavras-chave: Cidadania regional. Integração regional. Pós-colonialismo.

Uma abordagem foucaultiana das relações de poder no processo de integração sul- americana UNASUL

André Luís Silva Eiras

Mestre em Relações Internacionais e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da UNESP

Beatriz Sabia Ferreira Alves

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Unesp-Marília
Mestre em Ciências Sociais pela UNESP

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir as relações de poder e saber à luz de Michel Foucault, explorando o compromisso dos países membros do processo de integração regional União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e seus objetivos políticos, sociais, econômicos, securitários e de infraestrutura, como forma de embasar o arranjo cooperativo na América do Sul. Toma-se pelo pressuposto de que o grau de compreensão da estruturação das relações sociais, em particular as desiguais de obediência e dominação, que justifiquem o poder no âmbito político é fundamental para uma melhor compreensão da América do Sul. Na primeira parte serão desenvolvidas as principais características da metodologia arqueológica e genealógica de Foucault. Em seguida, sua interação com a política sul-americana dentro dos contextos de uma presumida tendência dos líderes sul-americanos em discursos políticos e normas com uma retórica e simbologia ideológica, bem como as relações destes discursos com a institucionalização dos seus próprios objetivos, pontos de cooperação e conflito. Pretende-se abordar certos pontos do processo histórico da Unasul, bem como os aspectos de natureza política, social, econômica, jurídica e cultural como formadores dos marcos institucionais das relações de poder e saber.

Palavras-chave: Conceito de Poder, Michel Foucault, Integração Regional, Unasul

Desenvolvimento sustentável, transição energética mundial pós-combustíveis fósseis e o pensamento político da esquerda latino-americana

Carlos Germán Meza González

Doutorando em Energia. Programa de Energia e Ambiente. Instituto de Energia e Ambiente (IEE)

Universidade de São Paulo (USP)
mezagonzalez@usp.br

Nilton Bispo Amado

Doutor em Energia. Técnico de Análise Ambiental e Avaliação de Ciclo de Vida. Instituto de Energia e Ambiente (IEE).

Universidade de São Paulo (USP).
nilton@iee.usp.br

Ildo Luis Sauer

Professor Titular de Energia. Instituto de Energia e Ambiente (IEE).

Universidade de São Paulo (USP).
illsauer@iee.usp.br

Resumo: Derivada do Latin *sustinere*, sustentabilidade significa defender, manter, suportar, etc. Os termos 'sustentabilidade' e 'desenvolvimento sustentável' tem usos frequentes e estendidos no pensamento político e social mundial e latino-americano recente. Porém, nem sempre é claro o que significam e o que implicam, encontrando interpretações múltiplas dificilmente comparáveis e conflitantes (Dale, 2001). Esta polissemia contribui a explicar porque se mencionam 'sustentabilidade' e 'desenvolvimento sustentável' em quase todas as declarações políticas no mundo e o amplo consenso indica que o rumo atual do capitalismo global continua 'insustentável' (Banco Mundial, 2012) depois de 44 anos da publicação de *Os limites do crescimento* (Meadows et al. 1972) e 30 anos do *Relatório de Brutland* (WCED, 1987). O seguinte trabalho tem como objetivo debater esses temas no contexto do pensamento político latino-americano, especificamente da esquerda e seus projetos políticos nacionais e regionais. Em primeiro lugar, apresenta-se uma breve síntese do papel da energia e os recursos naturais na história das sociedades humanas mostrando evidencia científica que indica que todas as

formações humanas têm afetado a 'integridade' e 'preservação' da natureza em algum grau. Porém, essas afetações de caráter usualmente local, tornam-se de caráter global com o advento do capitalismo e a industrialização. Desde esta perspectiva histórica, avaliam-se os limites e oportunidades de propostas latino-americanas como "El Buen Vivir", p.ex., onde se faz um chamamento a 'manter a integridade da Natureza e a biodiversidade' (Gudynas, 2012 e Acosta, 2012, p. 116). Adicionalmente, avaliam-se a vigência dos retos históricos para América Latina (superação da pobreza e a fome, o aumento da produtividade do trabalho, o crescimento econômico acelerado, distribuição e redistribuição da riqueza, integração socioeconômica e política entre países e regiões, etc.) na luz das metas e objetivos do 'desenvolvimento sustentável' e as possíveis contradições que se apresentam em matéria de conciliar uma agenda política latino-americana progressista de curto, médio e longo prazo. É nesta perspectiva que se analisam os temas do extrativismo e o papel dos recursos naturais da América Latina (petróleo, gas, Lítio, etc.) e a industrialização latino-americana. Finalmente, os países desenvolvidos, responsáveis pela crise ecológica mundial, tem uma responsabilidade histórica de financiar recursos (sem pressões políticas e econômicas) para uma transição pós-extrativista das economias latino-americanas. Assim, a descarbonização da economia mundial como um dos objetivos do G-7 para 2100, é pensada resgatando a importância da defesa e aproveitamento estratégico dos recursos naturais da América Latina.